

POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES (PTDPC)

Todos os colaboradores e parceiros da instituição devem estar familiarizados com a presente Política e com a Política de Tratamento de Dados Pessoais da Fundação Sophia.

O seu cumprimento, bem assim como das medidas, normas e procedimentos operacionais vigentes em matéria de protecção e tratamento de dados é essencial à garantia da respectiva exactidão, integridade, confidencialidade e segurança e, portanto, à qualidade dos serviços que prestamos e à confiança em todos nós depositada.

Desde há muito ciente da importância de respeitar a privacidade e a reserva da intimidade da vida privada de quem com ela colabora ou se propõe a colaborar, bem assim como da necessidade de cumprir as normas legais vigentes em matéria de protecção de dados pessoais, a Fundação Sophia procede ao respectivo tratamento de forma legítima, responsável, sigilosa e segura.

No seguimento da publicação do RGPD – **Regulamento Geral de Protecção de Dados** (Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016) e da actual LPDP – **Lei da Protecção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto), a Fundação Sophia vem reforçando a protecção dos dados pessoais recolhidos, nomeadamente, através da adopção das medidas técnicas e organizativas adequadas seja a evitar a respectiva perda, difusão, alteração, tratamento ou acesso indevidos ou não autorizados, seja a garantir o respectivo tratamento lícito, leal, transparente e ajustado às finalidades da sua recolha.

A presente Política de Tratamento de Dados Pessoais dos Colaboradores (PTDPC) estabelece os termos e condições do tratamento dos dados pessoais recolhidos pela Fundação Sophia, em conformidade com o disposto no RGPD, na LPDP e na demais legislação em vigor na matéria, prestando os esclarecimentos tidos por adequados à satisfação do direito à informação dos titulares dos dados pessoais sobre aspectos relevantes do seu tratamento.

Ao facultar os seus dados pessoais à Fundação Sophia no âmbito de processos de recrutamento, selecção e/ou admissão de colaboradores ou da execução e gestão dos respectivos contratos, o titular reconhece ter tomado conhecimento da PTDPC e aceitá-la, o que, sem prejuízo dos demais fundamentos legais para o tratamento dos dados, equivale à prestação de consentimento pelo titular.

Nos casos de tratamento de dados que dele dependa e a recusa se mostre legítima, os colaboradores podem não prestar ou retirar o seu consentimento, sem consequências para o seu vínculo profissional. Tal oposição, todavia, não compromete a licitude do tratamento realizado com base no consentimento previamente dado, tácita ou expressamente.

Importa ainda clarificar que, mormente no contexto de acções e iniciativas dos serviços e equipamentos – cuja projecção, consabidamente, é cada vez mais garantia da respectiva presença no meio que nos rodeia e onde nos queremos dar a conhecer – , entre os dados tratados se podem incluir: fotografias, gravações de vídeo e som, desde que captadas, utilizadas, reproduzidas, editadas e divulgadas de forma não distorcida ou infiel, para tanto cedendo os colaboradores gratuitamente à Fundação Sophia o direito à respectiva imagem (e voz), salvo em caso de legítima oposição.

O incumprimento das medidas, normas e procedimentos vigentes em matéria de protecção e tratamento de dados pessoais pode determinar a aplicação de sanções.

A Fundação Sophia reserva-se o direito de rever, a qualquer momento, e sem necessidade de aviso prévio, a sua PTDPC; Sem prejuízo da publicitação da realização de alterações relevantes à presente Política pelos meios e nos locais tidos por adequados, é recomendável a sua consulta regular.

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E ENCARREGADO DA PROTECÇÃO DE DADOS

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a **Fundação Sophia**, instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva n.º 500766703, com sede na Rua da Sofia, 150, em Coimbra, C.P. 3000-389 Coimbra.

Para solicitação de esclarecimentos em matéria de protecção de dados pessoais e exercício dos direitos previstos no RGPD e a que se refere a presente Política, os respectivos titulares devem dirigir-se ao Encarregado da Protecção de Dados da Fundação Sophia, por correio postal para a morada da sede ou por *email* através do endereço proteccaodados@fundacaosophia.pt.

2. FINALIDADES E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Independentemente da natureza do vínculo ou do carácter remunerado ou voluntário da actividade, qualquer relação contratual ou pré-contratual com a Fundação Sophia está dependente do tratamento dos dados pessoais do colaborador ou candidato.

Sem prejuízo da prossecução de outras finalidades, desde que compatíveis com aquela a que inicialmente se destinou a sua recolha, o tratamento de dados é realizado

na medida do estritamente necessário à satisfação adequada das finalidades e com os fundamentos legais seguintes:

FINALIDADES –

- Gerir candidaturas e processos de recrutamento e selecção;
- Celebrar, gerir e cessar relações contratuais;
- Proceder à gestão e organização do trabalho, dos recursos humanos e dos serviços e equipamentos;
- Prestar serviços e apoio aos colaboradores;
- Realizar auditorias de qualidade, inquéritos e estudos técnicos;
- Defender direitos, garantias e interesses vitais dos colaboradores;
- Prosseguir interesses legítimos, designadamente em caso de acção ou defesa em litígio laboral;
- Proceder ao registo histórico e à promoção e divulgação de serviços e actividades nomeadamente no *website* e nas redes sociais institucionais;
- Cumprir deveres e exercer direitos legais e contratuais, designadamente em matéria laboral, saúde, higiene segurança no trabalho ou protecção social.

FUNDAMENTOS LEGAIS –

- Artigo 5.º, n.º1, al. b), artigo 6.º, n.º 1, al.s a) a d) e f), artigo 9.º, n.º 2, al.s a) a j) do RGPD;
- Artigo 28.º da LPDP.

3. DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A Fundação Sophia apenas transmite os dados recolhidos a:

- a) Entidades contratadas para a execução das finalidades acima indicadas, na justa medida em que aquelas apresentem suficientes garantias da adopção de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a privacidade dos dados dos titulares, em conformidade com a presente PTDPC e demais exigências legais, as quais ficam impedidas de transmitir os dados a terceiros sem a prévia autorização expressa da Fundação Sophia, salvo se no cumprimento de obrigação legal;
- b) Entidades a que recorra para o tratamento dos dados, desde que demonstrem a satisfação das garantias adequadas em matéria de privacidade e protecção de dados pessoais, as quais ficam vinculadas às obrigações previstas no RGPD, nomeadamente, de confidencialidade e segurança dos dados e, bem assim, impedidas de transmitir os dados a terceiros sem a prévia autorização expressa da Fundação Sophia, salvo se no cumprimento de obrigação legal;
- c) Autoridades administrativas, judiciais, regulatórias e de supervisão, para efeito de cumprimento de obrigações legais e contratuais.

4. CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados são conservados pelo período necessário, consoante o caso, à realização das finalidades referenciadas, à prescrição ou caducidade dos direitos associados, ao cumprimento das obrigações legais e contratuais ou até que sejam exercidos os direitos de oposição ou apagamento ou retirado o consentimento;

Findo o prazo legal de conservação, e sempre que não devam ser conservados, pelo período legalmente previsto para o efeito, para finalidade distinta, os dados serão eliminados, anonimizados ou pseudonimizados, consoante o caso.

5. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Na medida do aplicável aos dados tratados no contexto laboral, assistem ao titular dos dados, nomeadamente, os seguintes direitos:

- 1) Acesso aos dados;
- 2) Rectificação dos dados;
- 3) Apagamento dos dados;
- 4) Portabilidade (entendido como o direito a receber os dados e transmiti-los a terceiros), quando seja tecnicamente possível;
- 5) Oposição ao tratamento dos dados;
- 6) Limitação do tratamento dos dados;
- 7) Retirar o consentimento prestado, no caso de tratamento realizado com base no consentimento do titular;
- 8) Ser notificado em caso de violação dos dados que represente risco elevado para os seus direitos e liberdades;
- 9) Apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (www.cnpd.pt).